

17 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Com presença de investigados, Fachin toma posse no Supremo

Jurista radicado no Paraná assume cadeira no STF na presença de Renan Calheiros, Eduardo Cunha e Gleisi Hoffmann

Brasília - Após dez meses com uma cadeira vazia, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem sua formação completa, com a posse do advogado e professor Luiz Edson Fachin, 58 anos. Em tom protocolar, a cerimônia ocorreu sem discursos e durou 15 minutos. Como em anos anteriores, a presidente Dilma Rousseff não participou da solenidade. Investigados na Corte por suposta participação em esquema de corrupção da Petrobras, os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), compareceram à posse do novo ministro. Na composição da mesa, Calheiros ficou ao lado do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, alvo de promessas de retaliação da cúpula do Congresso contra sua candidatura para recondução ao cargo.

Ministros, governadores, senadores e deputados também prestigiaram o novo ministro do Supremo, além de

outros nomes envolvidos na Operação Lava Jato, da Polícia Federal, como a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão. O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), também compareceu à posse.

Do lado de fora do edifício, servidores aproveitaram a cerimônia para reivindicar a aprovação no Congresso de projeto que reajusta os salários da categoria entre 53% e 78,5%, escalonados entre 2015 e 2017. Em ano de ajuste econômico, o governo resiste em conceder o aumento e afirma que, se aprovada, a proposta terá um impacto de R\$ 25,7 bilhões nos próximos quatro anos.

Ao chegarem para a posse, o vice-presidente Michel Temer e o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) foram vaiados por servidores, na entrada principal do edifício. Favorável ao reajuste, o Supremo sustenta que o valor é de R\$ 10 bilhões, num prazo de cinco anos.

11º MINISTRO

Indicado pela presidente Dilma em abril deste ano, Fachin ocupará a cadeira deixada por Joaquim Barbosa e terá sob sua responsabilidade um acervo com mais de 1.400 processos. "A vinda dele tardou, mas agora estaremos atuando (com o STF) completo, com as 11 cadeiras. Isso traz mais segurança jurídica para as decisões", comentou o ministro Marco Aurélio Mello.

Entre os processos, há casos polêmicos como a investigação sobre a origem dos recursos que teriam abastecido o esquema do mensalão - resultado de um desdobramento do julgamento já realizado. Outra ação diz respeito à denúncia contra Renan Calheiros por peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso. O inquérito investiga se o congressista usou dinheiro de empreiteira para pagar a pensão a uma filha que teve fora do casamento.

CONTINUA

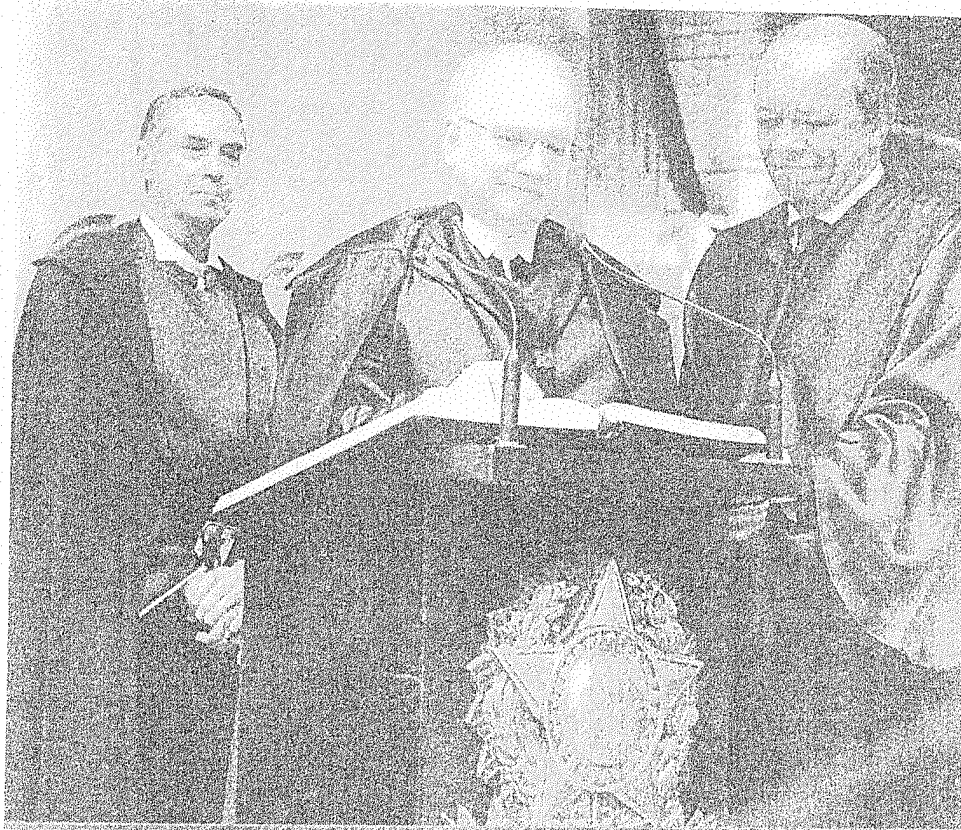
O novo ministro, no entanto, não deverá participar da maioria das decisões sobre o esquema de corrupção da Petrobras, uma vez que não vai integrar a segunda turma do STF, responsável pelo caso. Sua atuação ficará limitada a questões ligadas à Lava Jato que chegarem ao plenário do tribunal, como ações envolvendo Renan e o presidente da Câmara.

Gaúcho com trajetória profissional no Paraná, Fachin tem perfil técnico e enfrentou resistências de aliados do governo e partidos de oposição devido suas inclinações políticas. Ele apoiou Dilma nas eleições de 2010 e teve simpatia por bandeiras progressistas como a reforma agrária no passado. O futuro ministro avalia que o desgaste do processo não terá influência em sua trajetória na Corte.

PLANOS ECONÔMICOS

Fachin ainda não decidiu se irá participar do julgamento dos planos econômicos, um dos principais casos em discussão no tribunal e com impacto potencial bilionário para os bancos brasileiros. Se não deliberar neste caso, o Supremo não terá quórum para definir a ação, que exige um número mínimo de oito ministros para ser apreciada. Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia já se declararam impedidos para tratar do processo. No passado, Fachin atuou como advogado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra o antigo Baneestado, adquirido pelo Itaú, para pedir correção de perdas com pacotes. O recurso foi rejeitado pelo Supremo. Ele prometeu "tomar pé" do processo. Após a solenidade, o novo ministro participaria de um coquetel oferecido a ele

por entidades que representam os magistrados. O preço do convite para o jantar foi de R\$ 100.



Luiz Edson Fachin ocupará a cadeira deixada por Joaquim Barbosa e terá sob sua responsabilidade um acervo com mais de 1,4 mil processos

17 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Folclore **MAZZA**

Um momento raro em nossa história ontem em Brasília com a presença de paranaenses de todas as correntes partidárias na posse do ministro Edson Fachin no Supremo Tribunal Federal. O pior é que não dá para acreditar que o exemplo frutifique, pois a autofagia ainda é a marca dominante.

17 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

THAÍS ARANDA BARROZO

A greve da APP foi declarada 'ilegal' pelo Judiciário?

Recentemente, dez entre dez notícias sobre o fim da greve dos professores da rede estadual de ensino no Paraná vinculam-no à declaração, pelo Judiciário, da "ilegalidade" do movimento. A informação, bem palatável, é reforçada pela manutenção da multa de R\$ 40 mil/dia, aplicada pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) à APP-Sindicato caso os professores não voltassem às salas de aula (decisão proferida em 2/6/2015, no Ag.Reg. Nº 1.348.213-8/01, de relatoria do desembargador Luiz Mateus de Lima).

Seguiu-se à decisão do TJ a aprovação do fim da greve dos professores, mediante a promessa da aprovação de lei que os concederá, em outubro de 2015, reposição salarial de meros 3,45%. Os acontecimentos foram noticiados quase sendo finalizados por um "... e foram todos - governo, professores e alunos - felizes para sempre".

A verdade, contudo, é que o TJ em momento algum ousou afirmar a ilegalidade da greve na decisão proferida no último dia 2. Nela, afirmou o Judiciário que "embora o movimento grevista em apreço seja legítimo, bem como pautado na legalidade, [...] entendo que as atuais circunstâncias fáticas autorizam [...] determinar a cessação do exercício de greve". Justificou-se dizendo que "ainda que o interesse da categoria envolvida seja legítimo e pautado na legalidade, deve prevalecer o direito essencial/fundamental à educação".

O argumento funda-se, portanto, na prevalência do interesse público na continuidade dos serviços de educação em relação àqueles dos professores (como se a pauta de reivindicações dos professores não fosse, também, de interesse público).

E disse mais, o Judiciário. Afirmou que "no meio do impasse ora instaurado, no qual se discute interesses de uma categoria (servidores públicos, no caso, professores) abalados pela notória crise financeira dos cofres públicos (decorrente do descontrole das contas públicas em virtude de gestões ineficientes), encontra-se, à deriva, o direito à educação, sendo que os maiores prejudicados são as famílias e os estudantes, os quais estão sendo privados do acesso a tal direito".

Como se vê, a greve da APP não foi declarada ilegal pelo Judiciário. Este a afirmou legal e legítima, apontando o rombo dos cofres estaduais, "decorrente do descontrole das contas públicas, fruto de gestões ineficientes", como causa do impasse.

O que choca, no entanto, foi a solução dada ao conflito: condenou a APP à cessação da greve, legal e legítima, sob pena de multa (R\$ 40 mil/dia!), sem nada dizer ao Estado quanto ao seu dever institucional de realizar política pública eficiente à concretização do direito fundamental social à educação.

Em suma: transferiu aos professores o ônus de arcar com a conta institucional de promover aos cidadãos paranaenses o direito à educação, à custa de seus próprios direitos fundamentais sociais ao trabalho e à recomposição salarial.

Eu sabia que lecionar é sacerdócio. Não sabia que, para o Judiciário paranaense, é escravidão.

66

*Eu sabia que
lecionar é sacerdócio.
Não sabia que,
para o Judiciário
paranaense, é
escravidão*

THAÍS ARANDA BARROZO é advogada, doutoranda em Direito Processual pela USP e professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina

17 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Defesa de Beto tenta levar inquérito da Publicano ao STJ

Liminar rejeitada pelo ministro relator, João Otávio de Noronha, aponta que não há ainda indiciamento formal do governador nas investigações

Loriane Comeli
Reportagem Local

Acreditando que o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), é um dos investigados na operação Publicano, seus advogados tentaram levar as investigações ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), corte onde os governadores têm foro para responder a processos criminais. A liminar foi negada pelo ministro relator, João Otávio de Noronha, em decisão proferida quarta-feira passada e publicada ontem.

Na reclamação, assinada pelo advogado Eduardo Sanz de Oliveira e Silva, interposta contra o juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, onde tramitam os inquéritos, os advogados afirmam que a imprensa nacional tem vinculado o nome do governador ao esquema de corrupção na Receita Estadual de Londrina, objeto de investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) desde março.

O nome do tucano ganhou destaque após acordo de delação premiada do auditor Luiz Antonio de Souza, que

revelou que auditores arrecadaram R\$ 4,3 milhões de propina junto a empresários para a campanha de reeleição de Beto, em 2014. Antes disso, ele foi mencionado incidentalmente, uma vez que tem parentesco com o empresário Luiz Abi Antoun, que, até ser preso, em março, na operação Voldemort, por fraude na contratação de sua própria empresa pelo governo de Beto, tinha trânsito livre no gabinete tucano. Agora, Abi é uma peça fundamental na segunda fase da operação Publicano. Seria ele, também, a ter dado ordens para a arrecadação de dinheiro para a campanha de reeleição.

Para o ministro, "tais informações, no entanto, estão ainda no âmbito do noticiário da imprensa, mas efetivamente não há ainda indiciamento formal do governador ou outro indicativo mais contundente de que esteja sendo ele alvo de investigações", escreveu. "Assim, para evitar prejuízos à marcha do inquérito, indefiro a liminar".

No mês passado, o advogado René Ariel Dotti, contratado para defender Beto e

a primeira-dama Fernanda Richa, solicitou à 3ª Vara Criminal acesso ao inquérito, o que foi negado, diante da informação judicial de que o governador não é um dos investigados, apesar de "menções ao seu nome em alguns depoimentos". Ontem, Dotti afirmou que espera a decisão conclusiva do relator, uma vez que ele solicitou informações à 3ª Vara Criminal e à coordenação do Gaeco.

CONTINUA

17 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

TJ nega habeas corpus a investigados

Os investigados na segunda fase de operação Publicano estão buscando, em peso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tentar reverter as ordens de prisão cumpridas na quarta-feira passada. Até ontem, oito investigados – um contador, um advogado e seis auditores – haviam protocolado pedidos de extensão no habeas corpus (HC) protocolado em favor do auditor José Luiz Favoreto Pereira, no começo de maio. Até agora, nenhum pedido foi julgado.

Em razão daquele HC de Favoreto, o relator do processo, ministro Sebastião Reis Júnior, concedeu liberdade a praticamente todos os réus que haviam sido presos na primeira fase da

operação, incluindo o auditor Márcio de Albuquerque Lima, considerado, então, o líder do esquema criminoso.

Alegando que todos haviam sido colocados na cadeia em razão dos mesmos fatos e que teriam situação pessoal semelhante, o ministro estendeu a liberdade a todos. Também alegou que a decisão de primeira instância – do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, Juliano Nanuncio – que decretou as prisões, se limitou “a considerações a respeito da gravidade abstrata do crime e conjecturas de reiteração delitiva e obstrução das investigações criminais”.

O Ministério Público Federal, por meio do subprocurador-geral da República, recorreu da decisão, argumentando, principalmente, que o ministro não observou súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede os tribunais superiores de analisar HC cujo mérito

não tenha sido julgado pelo Tribunal de Justiça. Era o caso do HC de Favoreto. O ministro negou o recurso, mantendo a liberdade de todos os investigados.

NOTJ

Esta semana, o desembargador Laertes Ferreira Gomes, da 2ª Câmara Criminal do TJ, negou habeas corpus para o contador José Constantino e para o auditor Marco Antonio Bueno. Para ele, “ao contrário do que sustenta a defesa, há sim elementos probatórios suficientes a indiciar a existência da materialidade dos crimes e indícios suficientes de autoria, bem como elementos extrajudiciais feitos perante a promotoria que substanciam de modo seguro a necessidade de manutenção” da prisão. Outros investigados já entraram com HC no TJ, mas as liminares ainda não foram apreciadas. (LC.)

CONTINUA

17 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

No meio da corrupção, um estelionatário

Um dos investigados na segunda fase da operação Publicano é Júlio Sérgio de Moraes Camargo, genro do ex-vereador Antenor Ribeiro, atual coordenador da Ciretran de Londrina, órgão subordinado ao Detran. Considerado foragido desde quarta-feira passada, quando teve a prisão decretada, Camargo não é apontado como integrante da quadrilha de auditores fiscais que extorquia empresários para evitar a fiscalização tributária. Mas agiria como um fiscal corrupto: visitava empresas e se fingia ser um fiscal corrupto. Se-

ria, de fato, um estelionatário, conforme entendimento do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Com suas visitas, teria recebido propina de R\$ 370 mil, pelo menos.

O nome de Camargo surgiu de depoimentos do auditor Luiz Antonio de Souza, que firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP). Antes disso, porém, empresários que colaboraram com as investigações na primeira fase da operação, já haviam declinado o nome de Júlio Camargo e admitido ter pago propina a ele.

Souza disse que foi apresentado por outro auditor a

Camargo, que se apresentou como advogado, o que, de fato, não é. Depois dessa apresentação, o suposto estelionatário teria passado a pedir favores e informações sobre empresas. Apenas posteriormente Souza sou-

be que Camargo seria um estelionatário, que visitava empresas e se apresentava como representante e intermediário dos auditores fiscais, solicitando propina em troca de proteção.

O auditor delator afirmou que apenas de uma transportadora de Apucarana Camargo teria recebido R\$ 300 mil. Posteriormente, auditores visitaram a empresa, que acabou também multada. Outro fato se deu

com uma empresa de tubos, cujos proprietários teriam pago R\$ 70 mil ao estelionatário. Também teria tentado achacar uma empresa de móveis de Arapongas, em R\$ 500 mil, e um grupo de empresas de Santo Antônio da Platina, em R\$ 400 mil. Ambos se recusaram a pagar as propinas.

Além de Camargo, oito auditores são considerados foragidos: Antonio Aparecido Hércules; Djalma Correa; Edilson Edimar Ferreira; Gilberto Della Coletta; Hélio Hisashi Obara; Mário Aparecido Sanzovo; Paulo Sérgio Chagas Terra; e Wagner Raimundo Chispim. Outros 48 fiscais estão presos desde quarta-feira passada, além de sete contadores, um advogado e o empresário Luiz Abi Antoun. (L.C.)

*Suspeito visitava
empresas e fingia
ser um fiscal
corrupto*

17 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Reflexão sobre a maioridade penal

A redução da maioridade penal é um dos assuntos mais discutidos ultimamente pelos brasileiros. Seja pela constante sensação de insegurança ou pelo impacto da prática de crimes praticados por menores, muitas pessoas aceitam a proposta de alterar a legislação penal e reduzir a imputabilidade de 18 para 16 anos. Pode até ser considerado um sentimento natural, no entanto, não é momento de se deixar levar pelo clima emocional. É um assunto extremamente delicado e que merece reflexão.

Estudo “O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioridade penal”, divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, apontou que 23,1 mil adolescentes estavam privados de liberdade em 2013 no País; dados de 2012 mostram que 10% dos adolescentes cumpriam internamento por homicídio ou latrocínio. A Região Sul concentra o maior índice de internados por atos infracionais contra a vida: 451 jovens ou 20% do total das 2.214 medidas aplicadas.

O único dado estadual disponível aponta que o Paraná está na 10ª posição entre os Estados com 0,8 adolescentes internados para cada 1 mil jovens entre 12 e 21 anos. Em todas as regiões do País, mais da metade das medidas é aplicada por atos referentes a roubo, furto e tráfico de drogas.

É importante que a sociedade reflita sobre as condições de vida da atual juventude. Assim como falha em várias áreas, o Estado não oferece meios para que esse grupo da população, principalmente os mais pobres, se desenvolva com dignidade. O ensino é de baixa qualidade, o serviço de saúde é precário e praticamente inexistem incentivos ao esporte e ao lazer. Sem muitas opções, esses jovens são facilmente cooptados por criminosos – ato que deve ser intensificado se a pena passar a ser cumprida em presídios comuns.

A redução da maioridade penal ou a ampliação de internamento devem ser discutida, mas a melhoria da qualidade de vida desse grupo de brasileiros também tem que ser incluída no debate.

17 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO



O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), cumprimenta Fachin, cuja indicação ao STF ele tentou derrubar

Fachin é empossado ministro do Supremo

Cerimônia foi acompanhada por chefe do Ministério Público e investigados na Lava Jato

Diante de investigados pelo Supremo Tribunal Federal na Operação Lava Jato, o advogado Luiz Edson Fachin, 58, assumiu nesta terça (16) o cargo de ministro da corte.

Ele ocupa a vaga aberta após a saída de Joaquim Barbosa, há cerca de um ano. Com a nomeação, o STF está completo, com 11 ministros.

Em cerca de 15 minutos, sem discursos, Fachin foi empossado em uma sessão acompanhada pelos presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por ministros do STF e de Estado e pelo vice-presidente da República, Michel Temer.

A presidente Dilma Rousseff, que indicou Fachin, não foi ao evento.

Quando o ministro foi sabatinado no Senado, Renan atuou nos bastidores para derrubar a indicação, sem sucesso — Fachin foi aprovado por 52 dos 81 senadores.

O peemedebista sentou-se ao lado de Janot, que pediu a abertura de inquérito contra autoridades sob suspeita na Lava Jato. A atuação do procurador motivou retaliações de Cunha e Renan, que ameaçam barrar sua recondução ao cargo, em setembro.

O clima entre Janot e Renan nesta terça, entretanto, foi cordial. O procurador chegou a falar ao pé do ouvido do peemedebista durante a ceri-

mônia, ao que o senador sorriu e assentiu com a cabeça.

Outros investigados na Lava Jato também estiveram na posse do novo ministro: os senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Benedito de Lira (PP-AL) e Fernando Bezerra (PSB-PE), além do governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB).

Como os parlamentares têm foro privilegiado, são investigados pelo STF. No caso de Pezão, quem investiga é o Superior Tribunal de Justiça.

Ao chegarem à posse, Temer e o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) foram vaiados na entrada principal do edifício por servidores do Judiciário.

CONTINUA

17 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A categoria reivindica a aprovação no Congresso de reajuste salarial entre 53% e 78,5% —o governo resiste em ceder ao pleito por temer impacto nas contas públicas em ano de ajuste fiscal, mas o Supremo é a favor do reajuste.

Um grupo de manifestantes contra Dilma promoveu buzinação, atrapalhando a sessão. (ANDRÉIA SADI, MARCIO FALCÃO, MARIANA HAUBERT E FLAVIA FOPPE, DE BRASÍLIA)

96 contraponto

Intercâmbio Cultural

Sentados lado a lado durante a posse do ministro Edson Fachin no STF, senadores se divertiam com o rito da corte. Quando o presidente Ricardo Lewandowski chamou Luís Barroso de o ministro mais “moderno”; por ter sido o último a ingressar, muitos se entreolharam:

—Moderno? Que diferente, né? —comentou Marta Suplicy (sem partido-SP) com Roberto Requião (PMDB-PR).

Em seguida, se surpreenderam com a rapidez da solemnidade, pouco mais de dez minutos.

—Quando não se precisa do voto popular os ritos são diferentes —comparou o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE).

PAINEL

Um de nós Quando foram buscar Luiz Edson Fachin para entrar no plenário pela primeira vez como ministro do Supremo, Luís Roberto Barroso lhe desejou “sucesso” e Celso de Mello disse: “Seja bem-vindo”.

Fazendo amigos Diferentemente de Michel Temer e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Renan Calheiros (PMDB-AL) esperou alguns segundos no plenário do Supremo após a posse de Fachin para cumprimentar os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli.

17 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Empreiteira pagou R\$ 2,8 mi a réu por estelionato

Valor foi pago por consultoria cujo teor é sigiloso, segundo empresário

Camargo Corrêa afirma que está colaborando com a Justiça e que vai prestar esclarecimentos para as autoridades

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

Alvo da Operação Lava Jato, a empreiteira Camargo Corrêa pagou R\$ 2,75 milhões a título de consultoria a uma empresa cujo dono é réu em ações que correm na Justiça Federal por contrabando, estelionato, lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, falsificação de cigarros e de selos de IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados), formação de quadrilha e falsidade ideológica.

A EML Consultoria Empresarial, que recebeu o montante da empreiteira, é uma das empresas de Luiz Antonio do Valle de Lima.

Firma de um homem só, segundo a Receita, a EML recebeu o pagamento da Camargo um dia após o Natal de 2013, segundo laudo da Polícia Federal.

A suspeita dos delegados da PF e de procuradores que atuam na Lava Jato é que o

montante serviu para o repasse de propina —o que tanto a Camargo Corrêa quanto a EML negam.

Delatores da própria Camargo apontaram que a empreiteira pagou um total de R\$ 67,7 milhões a duas empresas que não prestaram serviço algum à empreiteira —os recursos foram usados para pagamento de suborno em contratos da Petrobras.

PARECE FANTASMA

O endereço citado no registro da empresa que recebeu os R\$ 2,75 milhões da Camargo Corrêa é vago. Ela fica na zona rural do município de Matias Bastos (MG), no quilômetro 812 da BR 040, estrada que liga o Rio a Juiz de Fora (MG). O telefone que aparece no registro é de um contador deste município.

Nem a prefeitura de Juiz de Fora, que fica ao lado da cidade onde a EML foi registrada, conseguiu encontrar a empresa. Um aviso publicado em 2011 no "Diário Oficial" do município registra que os Correios não conseguiram achar a empresa para a entrega de uma multa de R\$ 191,54 para um de seus veículos.

BENS DE LUXO

Durante a Operação Reluz, realizada pela PF em 2007, o empresário dono da EML teve apreendido um avião King Air de 12 lugares, avaliado entre R\$ 16 milhões e R\$ 20 milhões, e um Porsche de R\$ 700 mil, entre outros bens.

Os bens de luxo do empresário, segundo a PF, foram resultado de lavagem de dinheiro amealhado com dois negócios ilícitos: uma fábrica clandestina de cigarro, a Fenton, e uma distribuidora desses produtos, de acordo com as investigações.

A fábrica foi fechada pela Receita em 2011. Valle seria sócio dessas duas empresas, ainda de acordo com a Polícia Federal.

CONTINUA

17 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Empresa afirma que colabora com a apuração

A empreiteira Camargo Corrêa disse em nota que “está colaborando com as investigações e que prestará os esclarecimentos necessários às autoridades competentes”.

Dois executivos da cúpula da empreiteira quando a Lava Jato foi deflagrada, em março de 2014, fecharam acordos de delação premiada com os procuradores e a Polícia Federal para tentar obter pena menor ao final do processo.

São eles o ex-presidente e o ex-vice-presidente da empreiteira, Dalton Avancini e Eduardo Leite.

O ex-presidente do conselho da empreiteira, João Auler, preferiu não fazer acordo.

Disputa por comando de PSDB gaúcho vai à Justiça

Cúpula da sigla barrou voto de cem delegados

FELIPE BÄCHTOLD
DE PORTO ALEGRE

A disputa pelo comando do PSDB no Rio Grande do Sul foi parar na Justiça.

Bruno Araújo, vice-presidente nacional do PSDB, assinou uma resolução que inviabiliza a participação de mais de cem — entre cerca de 400 — delegados tucanos do Estado na eleição que vai definir o presidente estadual da sigla. A disputa ocorre no próximo fim de semana.

Pela resolução, ficaram de fora delegados de cidades em que há questionamento em relação às convenções locais.

Deputados estaduais afirmam que a iniciativa atingiu opositores do candidato Nelson Marchezan Júnior, deputado federal ligado ao senador Aécio Neves.

“É muita coincidência suspender delegados só nas cidades que não votam nele [Marchezan]”, diz o deputado estadual Jorge Pozzobon.

Em dois municípios onde delegados foram barrados, a Justiça concedeu liminares para que pudessem votar.

Marchezan, que articula a candidatura a prefeito de Porto Alegre, diz que houve interferência nacional nessas cidades porque o partido lá é pouco estruturado e está ligado a prefeitos de outras siglas.

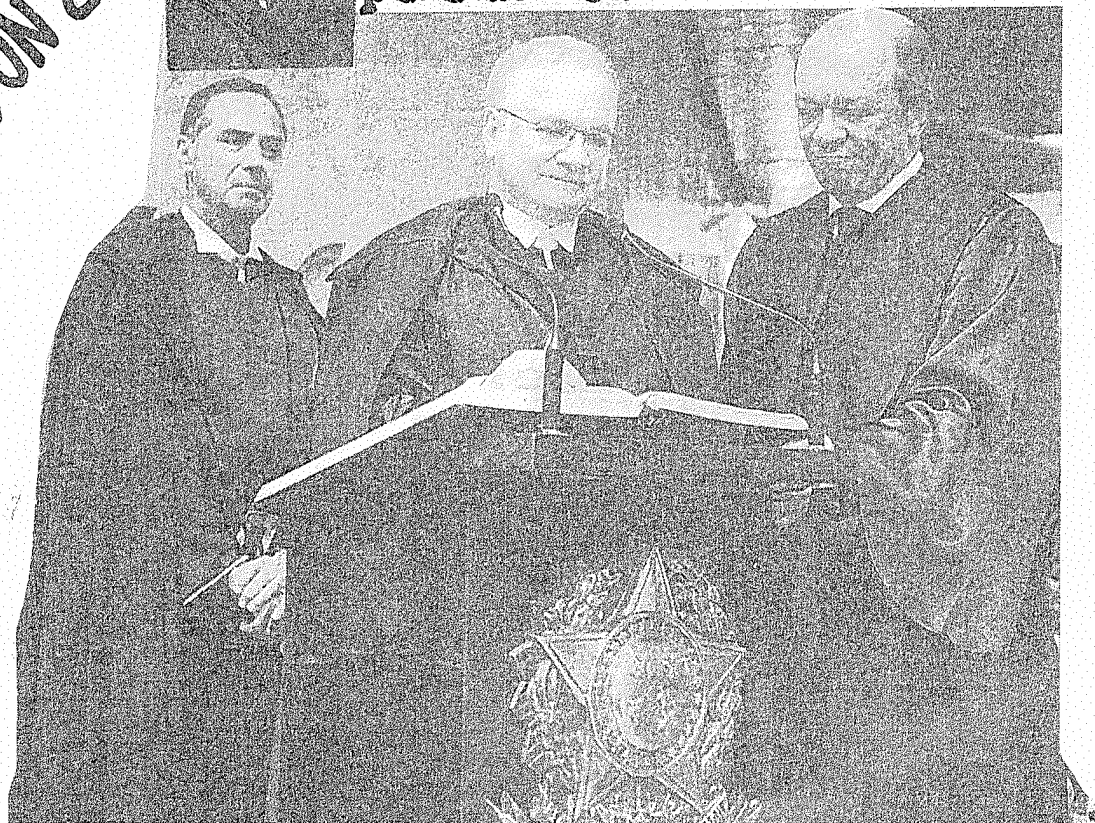
Também são candidatos o secretário da Energia do Estado, Lucas Redecker, e o ex-vice-governador Vicente Bogo.

17 JUN 2015



Fachin assume com 1.400 ações para analisar

Após 10 meses com uma cadeira vazia, o STF retomou ontem sua formação. O advogado e professor da UFPR Luiz Fachin (foto) assumiu a vaga de Joaquim Barbosa. O novo ministro tem 1,4 mil processos para análise.



Fachin ocupará a cadeira deixada por Joaquim Barbosa e terá sob sua responsabilidade 1.400 ações.

Fachin toma posse no Supremo

BRÁSILIA
Folhapress

Após dez meses com uma cadeira vazia, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou nesta terça-feira (16) sua formação completa, com a posse do advogado e professor paranaense Luiz Edson Fachin, de 58 anos. Em tom protocolar, a cerimônia ocorreu sem discursos e durou 15 minutos. Como em anos anteriores, a presidente Dilma Rousseff (PT) não participou da solenidade.

Investigados na Corte por suposta participação no esquema de corrupção da Petrobras, os presidentes da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), compareceram à posse. Na

composição da mesa, Calheiros ficou ao lado do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Ministros, governadores (entre eles, Beto Richa), senadores e deputados também prestigiaram o novo ministro do Supremo, além de outros nomes envolvidos na Operação Lava Jato, da Polícia Federal, como a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB).

O ministro

Indicado por Dilma em abril deste ano, Fachin ocupará a cadeira deixada por Joaquim Barbosa e terá sob sua responsabilidade um acervo com mais de 1.400 processos.

Entre as ações, há casos po-

lêmicos como a investigação sobre a origem dos recursos que teriam abastecido o esquema do mensalão — resultado de um desdobramento do julgamento já realizado. Outra ação diz respeito à denúncia contra Calheiros por peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso. O inquérito investiga se o congressista usou dinheiro de empreiteira para pagar a pensão a uma filha.

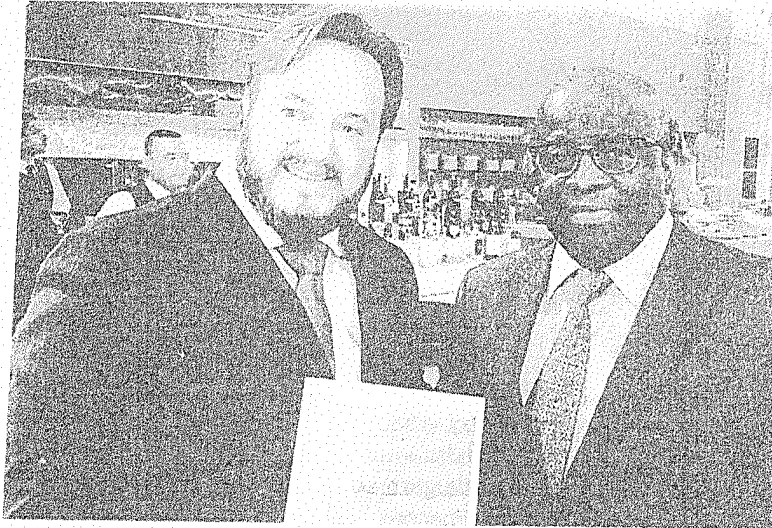
O novo ministro, no entanto, não deverá participar da maioria das decisões sobre o esquema de corrupção da Petrobras, uma vez que não vai integrar a segunda turma do STF, responsável pelo caso. Sua atuação ficará limitada a questões ligadas à Lava Jato que chegarem ao plenário, como ações envolvendo Renan e o presidente da Câmara.

Fachin ainda não decidiu se irá participar do julgamento dos planos econômicos, um dos principais casos em discussão no tribunal.

17 JUN 2015

GAZETA DO POVO

BESSA



Fabrizio de Macedo, presidente do LIDE-PR, se encontrou ontem com Joaquim Barbosa no Hotel Park Hyatt, em São Paulo. O ex-presidente do STF estará no evento do grupo empresarial no próximo dia 24, conduzindo o debate "O poder e a ética no Brasil atual", no Castelo do Batel.

17 JUN 2015

GAZETA DO POVO

» FUNCIONALISMO

Reajuste de 8,17% cai na CCJ, e votação final do projeto fica para julho

Euclides Lucas Garcia

Por 7 votos contra 4, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) rejeitou a emenda da bancada de oposição ao projeto de reajuste salarial para o funcionalismo público. A alteração prevê reposição de 8,17%, retroativa a maio e a ser paga já na folha deste mês. A tática dos opositoristas, porém, é recorrer da decisão à própria CCJ e, depois, ao plenário. Com isso, a votação da proposta deve ocorrer somente no mês que vem.

O projeto do governo estabelece o pagamento de 3,45% (referentes à inflação de maio a dezembro de 2014) em uma única parcela em outubro deste ano. A inflação de 2015 será zerada em janeiro de 2016. Já as perdas inflacionárias de 2016 serão pagas em janeiro de 2017 — quando os servidores também ganharão um adicional de 1%. Além disso, a proposta prevê a reposição do IPCA de janeiro a abril de 2017 a ser paga em 1.º de maio daquele ano — quando a data-base do funcionalismo voltará a ser em maio e não mais em janeiro.

A oposição, no entanto, defende reajuste imediato de 8,17%, que corresponde ao IP-

CA de maio de 2014 a abril deste ano, conforme a data-base prevista em lei atualmente.

Ataques

A derrota, já esperada na CCJ, está longe de encerrar a luta dos opositoristas. Assim que a decisão for publicada em diário oficial, haverá prazo de três dias para recorrer à própria comissão. Com um novo revés praticamente certo, a oposição terá então dois dias para apresentar recurso ao plenário assim que for feita a publicação em diário. A estratégia é tentar constranger parlamentares da base aliada do governador Beto Richa (PSDB) e forçá-los a votar a favor dos servidores — e contra o Executivo.

Para rejeitar a emenda, a bancada governista argumenta que é inconstitucional que a Assembleia crie despesas para o Executivo. A oposição, entretanto, se ampara em uma emenda que deve ser feita pelos aliados para “corrigir a técnica legislativa” da proposta, como forma de mostrar que os deputados podem fazer alterações no texto.

Enquanto o impasse permanece, não há como precisar quando o projeto terá a tramitação concluída — ainda são necessárias três votações em plenário. Segundo o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), as manobras feitas pela oposição devem deixar a proposta em compasso de espera por enquanto. “Com esses recursos, existem prazos no regimento interno que precisam ser respeitados. Não há como votar o projeto antes do mês de julho”, lamentou o tucano.

17 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Redução da maioria para crimes hediondos ganha força

Parte dos partidos da base e da oposição fecharam nesta terça-feira (16) acordo em torno da proposta de redução da maioria penal. A ideia é aprovar um texto semelhante ao do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que reduz para 16 anos a maioria em casos de crimes hediondos. Haverá, no entanto, algumas mudanças: será retirada a exigência de a decisão passar pelo promotor e, além dos crimes hediondos propostos por Aloysio, ensejariam a redução da maioria crimes dolosos contra a vida, lesão corporal grave e roubo qualificado.

Segundo o líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani, a opinião do promotor tornaria "muito confuso" o processo. Segundo Picciani, todos os partidos — exceto PT, PCdoB, PRB e PPS — participaram do acordo.

Mais cedo, a Executiva Nacional do PSDB fechou questão sobre um pacote com três propostas do partido sobre o assunto. O pacote, segundo o presidente da sigla, Aécio Neves, é um meio termo para evitar a aprovação da redução linear da maioria para todos os crimes. A Executiva decidiu que o PSDB vai priorizar a aprovação da proposta de Aloysio Nunes. Ouvido o Ministério Público, o juiz decidiria se o menor seria julgado com base no Código Penal.

O PSDB também vai articular a votação da proposta que prevê a mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aumentando o prazo de internação do menor de três para oito anos em crimes hediondos. E a terceira proposta triplicaria a pena para o adulto que alicia menores de idade para o crime.

Já o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou nesta terça-feira (16) o apoio do governo ao projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que prevê o aumento de pena de internação de menores infratores dos atuais três para até dez anos.

17 JUN 2015

GAZETA DO POVO

MP cobra Sesp para esvaziar delegacias

Rodrigo Batista e Raphael Marchiori

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) terá de apresentar em reunião na quinta-feira (18) ao Ministério Público do Paraná (MP-PR) um cronograma para a retirada dos presos de todas as delegacias de Curitiba.

O promotor de Justiça Henrique Bolzani emitiu duas recomendações em maio pedindo o “fechamento definitivo” das carceragens das delegacias da capital. Decreto de 2014 do governador Beto Richa determina o esvaziamento das carceragens de Curitiba, o que não aconteceu.

As recomendações do MP foram feitas após vistorias que constataram desvios de função dos policiais civis e militares na custódia de presos. “São obrigados a permanecer no interior das delegacias de polícia, perdendo capacidade operacional significativa no que diz respeito ao desempenho de suas funções básicas”, diz o documento do MP-PR encaminhado à Sesp.

Para Bolzani, a manutenção dos presos nessas situações põe em risco a segurança pública, além de violar direitos dos detentos, em especial as condições de sanidade, higiene e espaço das celas.

Bolzani aponta que “a permanência de presos custodiados nas delegacias da capital poderá ensejar, no âmbito criminal, no cometimento de crimes de tortura, por dolo eventual, assim como, no âmbito civil, ato de improbidade administrativa, em razão dos desvios de funções relacionados à Polícia Civil.”

O caso do 1.º DP

Os presos mantidos no 1.º Distrito Policial de Curitiba defecam em marmitas, urinam em garrafas PET e precisam se revezar para encontrar espaço no chão para dormir. Essa foi a realidade encontrada na terça-feira (16) pelos membros do Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Curitiba.

Ao averiguar denúncias de maus-tratos, o conselho encontrou 42 presos em um espaço para oito. Havia presos com sarna, com pneumonia e com membros quebrados. A situação no 1.º DP descumpra a Lei de Execução Penal, segundo a qual o preso deverá ficar em unidade com requisitos básicos de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana em uma área mínima de 6 metros quadrados por preso.

A Sesp disse via e-mail que toda semana presos do 1.º DP são transferidos para unidades prisionais e que a “rotatividade de presos é alta” no local.

17 JUN 2015

GAZETA DO POVO

BARBÁRIE

Mentor de estupro coletivo no Piauí pode pegar pena de 151 anos

! O traficante Adão José de Sousa, de 40 anos, foi denunciado na segunda-feira (15), à Justiça pelo promotor Cezário Cavalcante. Sousa é suspeito de ser o mentor do estupro de quatro adolescentes em Castelo do Piauí, a 190 quilômetros de Teresina.

Quatro jovens, entre 15 e 17 anos, já confessaram ter participado do crime, em 27 de maio. Em entrevista ao site da revista *Veja*, Cavalcante disse que pedirá a pena máxima para Sousa por todos os crimes, o que poderá chegar a 151 anos e 10 meses de prisão.

17 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Posse de Fachin tem presença de investigados

Novo ministro do STF recebeu homenagem de peemedebistas alvo de inquéritos da Lava Jato

Talita Fernandes
Beatriz Buila / BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin assumiu ontem a 11.ª cadeira do Supremo Tribunal Federal em uma cerimônia simples e sem discursos ao lado de peemedebistas investigados pela Operação Lava Jato, como o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (RJ), e do Senado, Renan Calheiros (AL). A presidente Dilma Rousseff não compareceu, assim como fez em solenidades de outros ministros por ela indicados.

Além de Cunha e Renan, que são alvos de inquéritos abertos no Supremo, participaram da cerimônia outros investigados, como os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Fernando Bezerra (PSB-PE) e Gleisi Hoffmann (PT-PR). Fachin passou mais de duas horas recebendo cumprimentos dos convidados presentes à solenidade. O responsável pelas investigações

do esquema de corrupção na Petrobrás, procurador-geral da República, Rodrigo Janot, também esteve presente.

“É assim que recebo, com a alegria e a honra, de a partir de amanhã (*hoje*) atuar no Supremo Tribunal Federal. E espero ter serenidade e firmeza para cumprir com todos os compromissos da Constituição brasileira e com a esperança que a sociedade brasileira deposita na Justiça”, afirmou o ministro.

Ao final da cerimônia, Fachin disse que todos os julgamentos desafiam os julgadores, e que é preciso valorizar a jurisprudência brasileira e a segurança jurídica. “É essa direção que o julgamento ainda que complexo tem que ser previsível”, disse.

Também declarou que as questões mais complexas, neste momento, são aquelas que realçam a missão do Supremo como Corte constitucional, ressaltando que é fundamental valorizar juízes de primeiro grau, tribunais estaduais e dar à jurisprudência brasileira segurança jurídica e estabilidade.

A cadeira que será ocupada por Fachin permaneceu vaga por mais de dez meses, desde que o ex-ministro Joaquim Barbosa se aposentou, no fim de julho do ano passado. O ministro disse que começou ontem a tomar conhecimento dos cerca de 1.500 processos que vai assumir. Ele recebe o acervo deixado pelo presidente da Corte, Ricardo Lewandowski.

Fachin entrou no plenário acompanhado pelos colegas Luís Roberto Barroso e Celso de Mello. A presidente Dilma Rousseff foi representada pelo vice-presidente Michel Temer. Também compareceram à solenidade o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e ministros do STF e do Superior Tribunal de Justiça.

“O melhor”. Lewandowski disse que, como presidente dava boas-vindas e manifestava “o júbilo dos pares de ter nos quadros desta Suprema Corte um magistrado com as suas qualificações profissionais e acadêmicas.” O titular da Justiça disse que a escolha do ministro “merece muito cuidado, zelo, análises profundas por parte de quem vai indicar. E a presidente Dilma Rousseff ela agiu com muita acuidade, analisou vários nomes e escolheu aquele que nesse momento parecia a ela o melhor”, disse.

Para chegar ao Supremo, Fachin enfrentou uma das mais duras e longas sabinas no Senado. Ele foi questionado por quase 11 horas.

CONTINUA

17 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



Colegas. Zavascki cumprimenta Fachin na cerimônia de posse do novo ministro do Supremo

SÔNIA RACY

Em família

Logo após assinar seu termo de posse ontem, no STF, Luiz Fachin entregou sua caneta para... o neto.

17 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Barbosa critica 'capitalismo com verbinha de governo'

● O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa disse ontem em São Paulo ser "totalmente favorável à preservação das empresas" investigadas na Operação Lava Jato. Como solução para os prejuízos acumulados após o escândalo, Barbosa sugeriu que "o próprio capitalismo" resolva o problema. "Empresas que estão encencadas em atos de corrupção, com certeza deve haver inúmeras empresas loucas para comprá-las, para incorporá-las."

Em seguida, o ex-presidente do STF criticou o que chamou de "capitalismo de compadres" e "relação umbilical" entre o poder público e grandes empresas. Barbosa disse que, no Brasil, não há "capitalismo verdadeiro". Ele defendeu a entrada de empresas estrangeiras, segundo ele acostumadas ao capitalismo de mercado, no controle das empreiteiras brasileiras em dificuldades.

"Precisamos romper com esse capitalismo de compadres, essa história de não conseguir empreender sem ter uma verbinha do governo", disse Barbosa. "Elas querem se manter não por suas próprias pernas, querem sempre manter essa relação umbilical." / JOSÉ ROBERTO CASTRO

17 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

A cota nos tribunais

Depois de ter adotado sistema de cotas para negros em concursos para escolha de seus servidores técnicos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução determinando que 20% das vagas em concursos públicos para juizes e serventuários judiciais, em todos os tribunais do País, sejam reservadas para negros.

A proposta foi feita pelo presidente do órgão, ministro Ricardo Lewandowski, que também chefia o Supremo Tribunal Federal. Ao justificá-la, Lewandowski afirmou que havia prometido, em palestra proferida na Universidade Zumbi dos Palmares, estudar formas de implantar cotas raciais em todos os tribunais. A iniciativa, segundo ele, é a contribuição da Justiça para a “pacificação e a integração do País”. De acordo com o Censo do Judiciário, promovido pelo CNJ, a magistratura é uma carreira homogênea, predominantemente branca – dos 16.812 magistrados hoje em atividade no Brasil, 14% se dizem pardos e apenas 1,4% se declara negro.

A resolução do CNJ só valerá para os novos concursos. Ou seja, as regras não serão aplicadas nos concursos cujos editais já tenham sido divulgados. No caso específico da magistratura, o sistema de cotas raciais ficará circunscrito aos concursos para ingresso na carreira. Os critérios de promoção de juizes de primeira instância pa-

ra o cargo de desembargadores dos tribunais de segunda instância e de escolha de ministros dos tribunais superiores não foram alterados.

Implementadas sob a justificativa de reparar “iniquidades e equívocos históricos em relação aos afrodescendentes”, as políticas de ação afirmativa – como é o caso das cotas – começaram a ser adotadas após a entrada em vigor da atual Constituição. Adotadas alegadamente para favorecer determinados grupos sociais, logo as cotas passaram a ser usadas com objetivos demagógicos que desfiguraram algumas políticas de ação afirmativa. Atualmente, as cotas são impostas tanto à iniciativa privada quanto ao setor público – inclusive às universidades, que deveriam ser instituições regidas pelo princípio do mérito.

O sistema de cotas raciais é um paliativo para gargalos estruturais que deveriam ser enfrentados de modo mais efetivo. Os pobres enfrentam reconhecidas dificuldades não devido à cor da pele, mas ao fato de em geral só poderem frequentar escolas públicas que lhes transmitem uma fração das aptidões necessárias para se emanciparem socialmente. Assim, a reserva de vagas antes escamoteia o problema, sem resolver a notória questão da má qualidade da rede pública de ensino básico. É a educação deficiente que impede que os setores mais desfavorecidos da população tenham a formação necessária para participar com

sucesso de concursos públicos, inclusive para a magistratura.

Reservar vagas na administração pública para quem não tem preparo suficiente para passar em concursos acarreta a perda de qualidade dos serviços essenciais a que todos os cidadãos têm direito, prejudicando a sociedade. No caso do Judiciário, cuja atribuição é promover justiça, o problema tem contornos ainda mais graves. Se um juiz que entrou na carreira favorecido pelo sistema de cotas não tiver a mesma eficiência e precisão de um juiz que foi escolhido pelo princípio do mérito, certamente se tornarão flagrantes as injustiças no julgamento de conflitos que envolvem direitos e patrimônio dos cidadãos. Nesse caso, o juiz ineficiente será punido pela corregedoria judicial ou ficará imune, por ser “cotista”? Se for punido, a corregedoria poderá ser acusada de racismo?

O sistema de cotas nos tribunais acarretará problemas graves que podem pôr em risco a segurança jurídica. O mais sensato para a correção de iniquidades históricas seria a mobilização da sociedade para obrigar o Estado a promover uma reforma qualitativa na rede pública de ensino básico. Só por meio de uma educação pública de qualidade é que o problema da desigualdade social será vencido. Quanto mais forem banalizadas as políticas de ação afirmativa, mais distante o Brasil estará daquilo que o presidente do STF chama de “pacificação e integração”.

17 JUN 2015

BEM PARANÁ

Fachin toma posse no STF

Advogado é o segundo paranaense a ocupar o cargo na Corte

O advogado Luiz Edson Fachin tomou posse ontem, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ocupa a vaga aberta pela aposentadoria antecipada do ex-ministro Joaquim Barbosa, que deixou a Corte oficialmente no dia 31 de julho do ano passado. Com a posse, Fachin torna-se o segundo paranaense a ocupar o posto. O primeiro foi o advogado Ubaldino do Amaral Fontoura, ministro do Supremo entre 1894 a 1896 - que nasceu na Lapa - hoje cidade da região metropolitana de Curitiba e na época parte da província de São Paulo.

A cerimônia de posse foi protocolar e correu sem discursos. Fachin foi conduzido ao plenário da Corte pelo de-

cano, ministro Celso de Mello, e pelo ministro com menos tempo no Tribunal, Luís Roberto Barroso. Ele prestou compromisso como ministro e assinou o termo de posse.

A partir de agora, Fachin assume os cerca de 1,4 mil processos que ficaram no antigo gabinete do presidente da Corte, Ricardo Lewandowski.

Da indicação à posse, o advogado e professor de direito da Universidade Federal do Paraná passou por um processo de quase um mês até a votação e aprovação do jurista pelo plenário do Senado. Fachin passou por uma sabatina de quase 11 horas de duração e foi aprovado no plenário com voto favorável de 52 senadores, contra 27. Ele

enfrentou durante o processo de escolha acusações de ser um nome vinculado ao PT. Com a aprovação da PEC da Bengala, que alterou a idade de aposentadoria compulsória dos ministros de 70 para 75 anos, Fachin será a última indicação de Dilma para o STF.

Comunicação - O governador Beto Richa (PSDB) participou, em Brasília, da posse do jurista e elogiou o novo ministro. "Uma pessoa de uma conduta moral e ética irrepreensível, de formação jurídica muito consistente, um pensador e doutrinador do direito", afirmou o governador, que articulou com senadores a aprovação de Fachin e acompanhou pessoalmente a sabatina do jurista.

"Uma pessoa de uma conduta moral e ética irrepreensível, de formação jurídica muito consistente, um pensador e doutrinador do direito".

do governador Beto Richa (PSDB), sobre o novo ministro do STF, Edson Fachin



Edson Fachin: indicação só foi aprovada após sabatina de onze horas no Senado

17 JUN 2015

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Sistema de vigilância não desconfigura o crime

*Jônatas Pirkiel

O Superior Tribunal de Justiça acaba de decidir importante questão que foi objeto de decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que, admitiu a tese de “crime impossível” e absolveu duas acusadas de tentativa de furto dentro de um supermercado que tinha sistema de vigilância eletrônica. Aquele Tribunal entendeu que “...como a conduta foi monitorada pelo circuito interno de TV e por vigilantes, elas jamais teriam conseguido executar o furto, por isso o bem jurídico tutelado pelo direito penal, nesse caso, jamais esteve em risco de ser violado...”.

A tese vem sendo objeto de fundamento para muitas defesas em nossos tribunais, tanto é que no próprio STJ tem inúmeros processos para apreciação com fundamento idêntico. No caso, o recurso do Ministério Público sustentou que: “...a mera vigilância exer-

cida sobre as acusadas não constitui óbice, por si só, à consumação do delito”....que, mesmo quando a pessoa tem seus passos monitorados, há sempre a possibilidade, ainda que remota, de que ela consiga driblar o esquema de segurança, enganando ou distraído o vigilante ou fugindo com o produto do furto...”.

O relator, ministro Rogério Schiatti Cruz, ao dirimir a controvérsia em se saber se o caso configura uma tentativa de furto, passível de punição (artigo 14, II, do Código Penal), ou se caracterizava o chamado crime impossível, diante da total ineficácia do meio empregado pelo agente (artigo 17 do CP), entendeu que: “...os sistemas de vigilância eletrônica podem evitar furtos, minimizando perdas, mas não impedem completamente a ocorrência desses crimes no interior dos estabelecimentos comerciais...”. Segundo Rogério Schiatti, “...a tentativa inidô-

nea – isto é, o ato que não tem capacidade para levar à consumação do crime – somente se caracterizará como tal na hipótese de absoluta ineficácia do meio utilizado. Os atos do agente não devem ser apreciados isoladamente, mas em sua totalidade...o criminoso pode se valer de atos inidôneos no início da execução e depois, percebendo sua inutilidade, passar a praticar atos idôneos...o meio empregado pelas agentes era de inidoneidade relativa, visto que havia a possibilidade de consumação”, ainda que remota...”.

Resaltou Schiatti, que no direito penal deve ser usado para minimizar a reação violenta ao desvio socialmente não tolerado e para garantir os direitos do acusado contra os excessos dos sistemas não jurídicos de controle social.

*O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

17 JUN 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

BEM PARANÁ PAINEL

Previdência

Quem se desliga de plano de previdência privada patrocinado pela empresa na qual trabalha só tem direito a restituição dos valores pagos após o término do vínculo empregatício. A determinação consta da Resolução 6/03 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

OAB

Como não há previsão legal, as sociedades de advocacia não têm obrigação de pagar anuidade à OAB. O entendimento é da 4ª Turma do TRF da 3ª Região.

1/3 de férias

Incide imposto de Renda sobre o terço de férias. O entendimento é da 1ª Seção do STJ.

Maioridade

A Comissão de Estabelecimentos Prisionais da OAB Paraná promove nos dias 02 e 03 de julho o evento "Implicações práticas da redução da maioridade penal na esfera jurídica", que contará com a presença dos Doutores: Rene Dotti, Jacinto Coutinho, Aury Lopes, Renato Marcão e Graça Belov.

Pirata

A atividade clandestina de telecomunicação, conhecida como rádio pirata, é crime formal que independe da ocorrência de dano concreto comprovado. O entendimento é da 5ª Turma do STJ.

Leilão

Servidor aposentado do Poder Judiciário não está impedido de arrematar bens em leilão público. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.

Acidente

Trabalhador que sofre acidente dirigindo sua moto a caminho do trabalho, ainda que receba vale-transporte, tem configurado o acidente de trajeto. O entendimento é da 10ª Turma do TRT da 1ª Região.

CONDENADOS

Atendendo pedido da 2ª Promotoria de São José dos Pinhais, a Justiça determinou liminarmente a indisponibilidade de bens de uma empresa e oito pessoas, entre elas o ex-secretário municipal da saúde e o ex-prefeito Ivan Rodrigues, da gestão 2009-2012. O pedido liminar foi feito pelo Ministério Público em ação civil pública contra os envolvidos em uma licitação irregular que causou prejuízos de mais de R\$ 9 milhões aos cofres do município.

17 JUN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Fachin afirma que terá serenidade para atuar no Supremo

Jurista tomou posse na vaga deixada por Joaquim Barbosa

ABR



O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse hoje (16) que terá serenidade e firmeza para cumprir suas funções na Corte. Fachin foi empossado ontem (16) na vaga deixada pelo ministro Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho do ano passado.

Em entrevista após os cumprimentos dos convidados, o ministro disse que recebeu a alegria e a honra de atuar no Supremo. "Espero ter serenidade e firmeza para cumprir com todos os compromissos da Constituição brasileira e com a esperança que a sociedade brasileira deposita na Justiça", disse em entrevista à imprensa, após os cumprimentos dos convidados.

Com a posse de Fachin, o plenário do STF volta a ter 11 ministros. Ele integrará a Primeira Turma da Corte. Ao tomar posse, o ministro recebeu acervo de 1,4 mil processos. ■



Fachin vai completar o número de ministros

TRIBUNA DO PARANÁ

FACHIN LÁ

O advogado Luiz Edson Fachin (foto) tomou posse ontem como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Professor da Universidade Federal do Paraná, ele ocupará a cadeira deixada aberta, em agosto do ano passado, com a aposentadoria de Joaquim Barbosa. Fachin começa a trabalhar hoje, quando par-

ticipa de sua primeira sessão de julgamento no plenário. Só na semana que vem, começa a julgar na Primeira Turma do STF, composta também pelos ministros Marco Aurélio Mello, Luiz Fux, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso.

